

ESPAÇOS INDÍGENAS EM DOCUMENTOS COLONIAIS

BARTIRA FERRAZ BARBOSA*

Resumo: Os espaços indígenas constituídos no início do período colonial representavam uma ameaça aos planos de implantação e desenvolvimento da economia colonial luso-brasileira. Embora pouco estudados, eles se distribuíam pela costa e interior da capitania de Pernambuco como apontam os documentos selecionados para este estudo. Trata-se, aqui, da análise de fontes sobre culturas, espaços e fronteiras indígenas, temas que, não receberam interpretações aprofundadas quando em estudo o crescimento do espaço colonial português ou holandês. Palavras chaves: Colônia, territórios, indígenas, Capitania de Pernambuco.

Abstract: The areas of concentration of the indigenous population at the beginning of the colonial period represented a threat to the implantation and development of the Luso-Brazilian colonial economy. The areas which remain to be studied in detail were distributed along the coast and throughout the interior of the captaincy of Pernambuco as the documents used in the elaboration of this study indicate. This article analyzes the historical sources which deal with indian culture, territoriality and frontiers; theme as which have not received profound interpretations in studies dealing with the growth of Portuguese and Dutch colonial areas. Key-words: colony, territories, indians, captaincy of Pernambuco.

O estudo sobre os territórios indígenas no Brasil colonial ainda é um campo pouco explorado pela pesquisa histórica. Com base na exploração do Novo Mundo os impérios coloniais ibéricos legitimaram-se conquistando territórios indígenas para construção dos novos espaços coloniais. Portanto, analisar os espaços coloniais sem considerar os sistemas e as ações dos nativos existentes na região da capitania de Pernambuco, necessário para o entendimento da construção do espaço português que se inicia no século XVI, seria aceitar acriticamente a existência de um sistema coletivo de uso da natureza entre os nativos, sem que os mesmos tivessem uma política de ocupação, de territórios e de troca entre as partes ou grupos que formavam os espaços nativos. Esta ausência de análise do espaço indígena pelas autoridades portuguesas e política colonial da época, reflete a falta de importância dada às culturas indígenas na documentação produzida como nas cartas de doação das capitanias, documentos administrativos e cartografia.

Entre diversos cartógrafos deste período, João Teixeira Albernaz, o velho (1606 e 1666), é um exemplo. Seu mapa etnográfico de título '*Estados do Brasil*', de 1631,¹ assinala as regiões já conquistadas pelos portugueses e seus limites com territórios indígenas de maneira imprecisa sem fronteiras ou símbolos que determinassem o tipo de ocupação que havia no espaço nativo. A falta de análise mais profunda sobre os territórios e as culturas indígenas durante o período colonial brasileiro provocou generalizações que aos poucos estão sendo substituídas por uma renovação da historiografia desse período.

A primeira preocupação portuguesa foi a de reconhecer o território e nomear o que encontravam para iniciar o processo de conhecimento desta parte do continente americano. Ao tratarem dessa parte da América do Sul, autores dos séculos XVI e XVII aplicaram em documentos manuscritos e impressos os termos Terra de Vera-Cruz, Ilha de Vera-Cruz e Brasil, termos que também aparecem em documentos cartográficos. Ocorre nesta documentação o uso freqüente de termos de origem nativa para designação de rios, serras e lugares como foi o caso do termo *Parã-Nambuco* usado em manuscritos, fontes impressas e pela cartografia desde o século XVI para designar lugar ou um porto e que, posteriormente, dar nome a capitania de Pernambuco.

Apesar de supervalorizada a dimensão portuguesa pela política colonial, a documentação produzida neste período permite que novos olhares se voltem para a dimensão indígena, por muito tempo, calada. Ela apresenta muita riqueza a ser explorada acerca da terra e do indígena em relação a política de criação de novas regiões coloniais portuguesas. Política que criou regiões redefiniu diferenciações e produziu um novo espaço colonial – chamado capitania de Pernambuco -, mais complexo que o anterior espaço indígena aí existente. O espaço português transformou Parã-Nambuco, - termo *tupi* que deu origem ao nome da capitania de Pernambuco-, em um ponto de trocas não apenas de mercadorias, mas de idéias e o incluí no sistema mercantil, fazendo dele, posteriormente, um lugar a mais na rede de comércio entre regiões da Europa, da África, da Ásia e da Oceania. Consideram-se a região da capitania de Pernambuco como uma parte do espaço português colonial, torna-se necessário, em primeiro lugar, definir o que o espaço é. Concordamos com as palavras de Milton Santos: *“O espaço como a soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Nem sistemas de objetos apenas, nem sistemas de ações apenas, mas sistemas de objetos que influenciam sistemas de ações, sistemas de ações que influenciam sistemas de objetos, sistemas de objetos e sistemas de ações indissoluvelmente juntos e cuja soma nos dão o espaço total”*.² Estavam em jogo, portanto, nesta região os espaços, territórios e fronteiras indígenas e o espaço português que se colocava com o início da colonização, sendo depois a eles incorporado o holandês no século XVII.

Por fronteiras indígenas entendemos os limites de ocupação, de vários povos ou tribos, em um determinado espaço geográfico, no caso, a capitania de Pernambuco, região escolhida para a realização deste estudo. A referida capitania constituía-se de 60 léguas de costa, iniciando à margem esquerda do rio São Francisco ao sul. De leste para oeste corria 60 léguas, segundo a carta de doação do Rei D. Manuel II³ para o capitão donatário Duarte Coelho Pereira. Com a conquista portuguesa, estas referências limítrofes foram alargadas e simultaneamente, os territórios indígenas ocupados por um outro sistema de produção, por uma outra cultura. Desmantelou-se completamente este espaço indígena? Houve uma tentativa de arranjo para que esse espaço, então, cada vez mais dominado por portugueses, pela superioridade tecnológica, fossem

compartilhados com os indígenas? Ou o espaço indígena não era homogêneo, inclusive para suas próprias populações?

O que podemos inferir das leituras dos documentos deixados pelos colonizadores, cronistas, autoridades, burocratas, religiosos, ou mesmo da reação dos próprios nativos? Já, que temos poucos escritos indígenas⁴ protestando ou confirmando seus contornos físicos ou fronteiros com os outros nativos e com os brancos, procuramos fazer leituras transversais dos escritos dos colonizadores, que pudessem responder ou encaminhar pistas esclarecedoras a estas questões.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Do ponto de vista metodológico coloca-se o problema da sociedade indígena com seus sistemas de ações e os de objetos que se faziam refletir em uma política de ocupação na região da capitania de Pernambuco, com suas fronteiras, suas recepções e suas reações ante à chegada dos europeus e depois deste contato por mais duzentos anos. Em outras palavras, este trabalho pretende contribuir para o entendimento sobre o espaço sócio-político indígena a partir do impacto da chegada dos portugueses no que toca à exploração do trabalho indígena quando da colonização desta região. O que sabemos ou inferimos das ações e das reações dos antigos habitantes desta terra nos é fornecido através dos discursos do colonizador ou de algum visitante; mas, os resultados deste encontro podem ser medidos, também, pelos testemunhos não propositais que restaram. Daí, a importância que o historiador deve conferir à relação existente entre história, antropologia e literatura. A narrativa literária, ou mesmo a narrativa informativa, como a das crônicas, importa aos historiadores, que necessitam formular ou explicar fenômenos, ou melhor, compreendê-los, sem, contudo, contar com uma base mais concreta.

Sendo a história uma disciplina empírica, quando o historiador se depara com sociedades ágrafas e quando outros testemunhos foram destruídos, parcialmente ou totalmente, as maiores dificuldades se apresentam para o pesquisador recompor os acontecimentos e fazer uma narrativa com validade histórica. Nesses casos, antropólogos/ etnólogos movimentam-se com mais rapidez. Sendo a etnologia uma disciplina conceitual ela se direciona às estruturas inconscientes, enquanto a história

busca o conceito mais visível, como afirma François Dosse: “o historiador deve se contentar com a fina película da espuma dos dias”.⁵ Os métodos de ambas as aproximam e o campo de estudo é o ‘outro’ mas, no caso da história, o ‘outro’ no espaço e no tempo.

Tomamos como referência o plano de trabalho sugerido por Marc Bloch para uma pesquisa sobre a história de uma aldeia adaptada por nós para ser aplicado a este estudo proposto para região da capitania de Pernambuco. Bloch coloca primeiramente, uma interpretação da paisagem onde estariam colocadas as formas dos campos em relação com os caminhos isto é, coloca a vegetação em relação às construções. Para auxílio dos olhos, ele descreve o relevo, os solos e propõem mapas sobre sítios com ocupação humana e sobre ligações existentes entre eles. Como fontes sugere o uso de documentos escritos e arqueológicos.⁶ Deste roteiro de questões propostas por Marc Bloch adaptamos as perguntas: quais são os pontos de ocupação do período pré-histórico e quais as relações entre eles quanto a distancia, produção material, utilização do solo e datações existentes. Com estas informações, verificar quais as relações existentes entre esta população indígena com o mundo colonial até o final do século XVII: o movimento das populações nativas, o trabalho indígena no espaço português implantado e a distinção entre aldeias e povoados e suas localizações. Através do método comparativo as informações obtidas durante a pesquisa e levantamento de dados devem ser tratadas para se verificar, por exemplo, maior ou menor concentração de aldeias/ acampamentos indígenas e comparar quais as relações existentes entre elas quanto ao tipo de cultura material desenvolvida em cada uma delas.

Através do método comparativo aplicado aos dados de pesquisas arqueológicas com informações sobre as relações entre os sítios escavados foi possível criar subconjuntos com base em critérios que avaliaram a antiguidade dos sítios/aldeias indígenas verificando que existiram varias épocas de ocupação pré-histórica nesta região. Também foi usado este método para verificar o reordenamento do espaço sócio-econômico indígena a partir da implantação dos engenhos de açúcar – elemento externo às culturas indígenas -, na medida em que era verificada amalgamação, mistura e acomodação que caracterizaram as relações interétnicas no Brasil colonial desta região.

Em primeiro lugar, é preciso dar respostas a estas questões de forma mais complexa do que de forma simplista; portanto, abordar estes problemas com o paradigma da complexidade pode ancorar satisfatoriamente hipóteses que, se bem demonstradas e calçadas do ponto de vista empírico poder-se-ão transformar em teses. É verdade, que o termo “paradigma”, utilizado quando se trata de averiguar complexidades, remete-nos à idéia de paradigma científico utilizado na obra de Thomas Kuhn⁷ sobre as estruturas das resoluções científicas. Por esta razão, este aporte metodológico, nas ciências sociais deve ser usado com ressalvas, e, é preferível utilizá-lo na direção que o fez Edgar Morin ao colocar como seu oposto o “paradigma da simplificação”. Este paradigma, segundo o autor citado, opera por redução do complexo ao simples, por rejeitar a eventualidade, a desordem, o individual e pela disjunção entre sujeito e objeto.⁸

Desta forma, analisar o espaço e o trabalho de nativos na capitania de Pernambuco no século XVI e XVII, chamados de *índios* ou *gentios* pelos portugueses, antes e depois da chegada destes e ou como os portugueses (navegadores, autoridades, cronistas, colonos) os encontraram, e em que estágio de desenvolvimento, e de compreensão, receberam a “civilização superior” sem os simplismos dos grandes conjuntos da história, é o nosso propósito, para esclarecer o papel dos nativos no sistema econômico, imposto pelos portugueses nesta região. Contudo, deve ser com alguma reserva que o historiador se apropria tanto dos modelos antropológicos quanto da narrativa literária. Os resultados são úteis, mas, podem vir acompanhados de ambigüidades. A seriação, um método freqüentemente usado para reconstruir seqüências históricas a partir de material puramente descritivo da antropologia cultural pode ser muito valioso. Este é provavelmente, o melhor meio de que se dispõe para a construção de seqüências de cultura, do tipo simples ao complexo, no domínio da história do artefato e dos processos industriais a uma área geograficamente restrita. Assim, o mapeamento regional da distribuição de elementos da cultura material tomou um espaço importante no processo de pesquisa.

Estamos lidando com uma nova realidade para os europeus e também nova para os nativos, se observarmos da perspectiva de que a presença européia modificou o espaço social indígena. Não apenas a

necessidade determinará esta realidade, mas, igualmente o acaso e o contingente vão ser definidores deste novo mundo. Alguns pesquisadores do tema têm se limitado a estudos ou à apreensão de informações transmitidas de forma cristalizada: o império português se expandiu, por muitas razões e entre elas, as de encontrar terras, ouro, gentes, realizar trocas, obter muitos lucros; e ao navegar para o ocidente encontrou terras, gentes, realizou trocas, encontrou ouro (é verdade, muito tempo depois) e obteve lucros; do lado de cá, nações, tribos nativas organizadas, portanto, também dentro de um sistema ou de vários sistemas. Este estudo pretende dar uma leitura crítica de questões cristalizadas para a região da capitania de Pernambuco, valendo-se das franjas do real, da marginalidade, e para ser visto, é necessário ampliarmos do simples para o complexo e colocá-lo numa escala mais ampla de análise.

A classificação dos nativos, em indígenas de língua geral, o *tupi*, e os de língua travada, os *tapuias*, foi feita com base no paradigma da simplificação; esta classificação ajudou no entendimento da primeira diferença do ponto de vista lingüístico; entretanto, passados tantos séculos desde que foi feita, será necessário utilizar outros fatores para se encontrar diferenças e semelhanças. Outro problema ocorreu com a negligência dada ao papel do espaço⁹ e a partição entre espaço e relações sociais levou a uma separação inclusive na abordagem das ciências – a Geografia e a História, e isto pode ser considerado outra simplificação.

Conceber as sociedades indígenas na Nova Lusitânia/ Pernambuco como parte de um sistema geral dos nativos do Brasil colonial, diferenciada apenas por nela falar-se a *língua geral* e a *língua travada* e ou apenas pelo lugar onde se encontravam não responde a questões como: nativos de uma mesma nação, mas, de tribos diferentes apoiaram portugueses contra franceses ou portugueses contra holandeses, como é o caso dos dois primos Pedro Poti e Filipe Camarão. Por outro lado, é preciso explicar qual o papel do espaço indígena e do meio ambiente na vida dos nativos que ao modificar o meio¹⁰ para melhor ocupa-lo produziu uma política de ocupação dos espaços indígenas mantenedora das unidades sociais – as aldeias – e dos conjuntos dessas unidades - as nações nativas.

A noção de sociedade como um conjunto de sistemas só resiste se o conceito de sistema for desvinculado do conceito de equilíbrio. Caso

contrário, a idéia de contradição fica comprometida, pois, se dentro dos sistemas há sub-sistemas estes podem ser de um certo modo antagônicos como é o caso do próprio sistema colonial português que recebia impulsos negativos e positivos produzidos por sub-sistemas nele existente.

Quando estudamos as leis, os decretos, as cartas régias, as recomendações vindas do centro do poder do sistema colonial, sobre a liberdade dos nativos, por exemplo, e ao mesmo tempo nos colocamos a par dos acontecimentos na colônia através de diferentes atores sociais, como os colonos, os missionários, ou outros, verificamos que o próprio sistema colonial não agia em equilíbrio; que dentro dos sistemas há grandes contradições e que podem ser compreendidas na medida em que resultam em diferentes reações do outro sistema aqui fundado. Este trabalho, portanto, procura abordar aspectos da vida indígena na Capitania de Pernambuco que podem ser encontrados na pré-história dos grupos que aí se encontravam e que em si não estão limitados à temporalidade imposta por estudiosos. Tanto para os pré-historiadores brasileiros, como para os historiadores, o início da história das sociedades indígenas não começou com a chegada dos colonizadores e seu sistema de escrita. Para ambos, todo vestígio material é importante. A Pré-história, como referencial cronológico, é usada para classificar sociedades sem escrita, desaparecidas sem que outras as tivessem tomado como referencial ou sobre elas escrito, e a Proto-história, período da História em que sociedades indígenas estiveram em contato com diferentes colonizadores, período em que, cronistas, religiosos e colonizadores encarregaram-se do registro documental sobre as culturas nativas. Estas se tornaram importantes para nossa pesquisa e nos levou a usar ambos os termos quando necessário no nosso trabalho: Pré-história e Proto-história.

A utilização de conceitos como cultura e cultural tem sido freqüente em diferentes linhas da história. Desde a concepção de E. Taylor em *Primitive Culture*, onde ele a define como sendo a categoria mais geral do conjunto das ações humanas,¹¹ aos trabalhos da Nova História com enfoque sobre Etno-História, Antropologia histórica nas quais a análise de culturas, são considerada áreas de trabalho recentes geradas pela valorização de outras culturas além da cristã ocidental.¹² A questão orientadora para nosso estudo foi a de que tanto a História como a cultura, são dinâmicas e, portanto, se prevalecem de que existem tempos: de

longa duração das estruturas e os de curta duração das conjunturas, como defende Michel Vovelle.¹³ Observaram-se sistemas estruturais de longa duração nas diferentes culturas em análise, tanto nas indígenas, quanto na cultura portuguesa. Alianças temporárias e conflitos, por exemplo, foram tomados como categorias conjunturais para análise da política de ações sobre os espaços no processo de superposição de culturas existentes, antes e depois da conquista portuguesa, pois, partimos da hipótese de que diferentes culturas indígenas se relacionavam, produziam alianças e gerenciavam conflitos dentro de espaços territoriais em período anterior ao da chegada do homem branco.

Diversos trabalhos de antropologia foram desenvolvidos no Brasil sobre populações indígenas como mostra Julio C. Melatti no seu estudo "*A Antropologia no Brasil: Um roteiro*".¹⁴ De uma maneira geral observa-se que a maioria dos trabalhos tende a oferecer conclusões sobre poucos grupos ainda existentes, sobreviventes enquanto etnias, mas, em contato com a sociedade brasileira contemporânea. Para a região de Pernambuco, estudos revelam a existência atual de grupos populacionais indígenas como os *Xucuru*, os *Fulniô*, os *Kariri*, os *Pankararu*, os *Atikum* e os *Jeripankó*, como podem ser visto no trabalho de José Maurício Andion Arruti.¹⁵ Grupos, que em grande parte perderam suas línguas mães e que, portanto, falam o português como língua primeira sem, no entanto, deixar de usar palavras e expressões indígenas. Os diferentes grupos indígenas foram estudados a partir do conceito de sistemas culturais com base em algumas categorias definidas por David Clark, em que grupos culturais compreendiam uma cultura generalizada como indígena, mas, que não compartilhavam necessariamente das mesmas tradições, fases, conjunto tipológico ou sub-tipológico, só reconhecíveis quando em análise de categorias como lugar, espaço, meio, cultura, tradição, língua, entre outras. Para Clark a noção de grupo cultural, que passamos a adotar, é a de que o grupo sócio cultural produz seus sistemas de objetos procedentes de um mesmo ambiente ou de ambientes semelhantes nos quais estão representados pensamentos, gestos, fins, vontades, valores e regras. Neste sentido, a noção de cultura está ligada à produção de objetos, considerando variabilidades técnicas possíveis em sistemas de conjuntos, que se encontram em um mesmo meio ou área geográfica.¹⁶ Mas, ela também está ligada a uma área da cultural chamada de cultura inatingível

a qual é produzida por indivíduos, que, embora ajam como seres autônomos enquanto grupo, povo ou nação, identificam a si como parte de um todo que ele pode até não dar um nome mais, que considera como causa e fator de sua existência. Portanto, as Culturas são frutos da imaginação humana que constrói discursos em torno de sentidos, que influenciam e organizam tanto as ações quanto a concepção que os indivíduos passam a ter de si, do nós e dos outros. Discursos entre o passado e o futuro, o antigo e o novo, em que o passado pode significar mais segurança e o novo, alternativa incerta. Do passado, as tradições, difíceis de serem compreendidas por gerações mais novas, representam um conjunto de práticas de natureza ritual e simbólica, não tão antigas e até recentes, mas, que pela repetição implica continuidade. Por outro lado, as expressões de pensamentos e desejos individuais podem aparecer embutidos em diferentes sistemas culturais, ficando à margem de uma cultura ou fugir aos padrões culturais, podem provocar instabilidade, diferenças, e até mudanças na sociedade. A formação de uma cultura está, no entanto, ligada a generalização de uma língua vernacular como meio dominante de comunicação dos rituais, mitos e comportamentos que prendem os indivíduos em uma sociedade ao passado.¹⁷

Por outro lado, a pesquisa visou uma história regional, inserida na Região Nordeste, onde o espaço privilegiado foi o da antiga capitania de Pernambuco. Nesta grande região, espaço e fronteiras culturais estão cheios de indivíduos e grupos com seus planos e ações formando uma imensa riqueza cultural. Neste sentido, o imaginário político e territorial encontra-se entrelaçado em situações concretas, com poder explicativo para questões importantes para o nosso estudo que se desenvolve em torno da idéia da necessidade de interação entre a terra e os espaços humanos nela existentes. Assim, além de uma abordagem econômica e cultural do espaço, este trabalho propõe uma leitura sobre a apropriação de espaços e superposição de culturas. O contexto sócio-ambiental, portanto, desempenha importante papel, pois, é nele que os homens interagem no seio do próprio grupo e entre os grupos. Nestas sociedades indígenas a família servia de base para a vida econômica, mas, também, política dos grupos sem instituições formais, mas, em que o elo de parentesco funciona como base para a manutenção das tradições existentes nos grupos ficando assim, a filiação como o princípio de

constituição e de organização interna de cada grupo de parentesco e as alianças como o princípio da organização das relações externas entre os grupos.¹⁸

Um grupo indígena passa a condição de povo dependendo de varias categorias como a do sistema de parentesco constituinte de um sistema sócio-cultural e a da existência de um líder que assume a responsabilidade das decisões políticas do grupo, por exemplo. Partindo-se de uma abordagem estrutural um povo indígena tem nas suas tradições as estruturas da sua cultura material mesmo quando ela abriga o que parece ser irregular. Entre sociedades ágrafas como as indígenas da capitania de Pernambuco as estruturas são mais que objetos, são representações sociais e servem de instrumentos para explicar as relações sociais. A utilização da categoria estrutura para o estudo de povos e grupos ágrafos apresenta resultados quando usada pelo método que explica as relações sociais de comunicação e de troca com seus sistemas de códigos e suas articulações, as quais classificam e compõem uma cultura. Para um outro estudioso do tema, Lévi-Straus, as estruturas não são rígidas nem absolutamente fechadas, pois, ele explica que, como agentes estão os homens, que fazem os grupos a se encarregam de modificá-las.¹⁹ A análise das estruturas como categoria para este estudo de grupos e povos indígenas iletrados na capitania de Pernambuco necessariamente envolvem outras categorias como os mitos, base para os rituais, exercidos pela coletividade, que formam as crenças e as normas sociais. O conhecimento sobre os rituais fazia parte da relação homem-natureza e deveria ser do poder coletivo do grupo indígena embora, alguns se destacavam pelo seu conhecimento mais específico no campo mágico ou no campo do conhecimento físico o que lhe diferenciava dos demais e lhe conferia poder e autoridade. O conhecimento, portanto, tanto podia ser do campo mágico, onde se acreditava que procedimentos simbólicos eram capazes de modificar fenômenos naturais como a morte, em que mortos e vivos exerciam influência uns nos outros e, portanto, deveriam seguir as práticas rituais de natureza mágica para vivenciar na vida a condição de pós-morte, como poderia ser do campo físico. Adquirindo assim, proteção e força para evitar o fracasso e malefícios em vida, diferentes grupos indígenas usavam do conhecimento da cosmologia, do xamanismo e da antropofagia,²⁰ ao lado dos conhecimentos de

transformação da natureza, todos, - Animais, pedras, árvores, rios, florestas, montanhas, feições geológicas - úteis para a renovação de sua vida. Vida, que também importa o enfrentar o medo - do trovão, das enchentes, do escuro - de forças naturais incontroláveis formadoras de uma natureza inimiga do homem.²¹

Cada grupo nativo construía seu espaço de vida com técnicas inventadas para tirar do seu pedaço de natureza elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Produzindo, organizava a sua vida social e o espaço, na medida em que eram adaptadas suas forças, necessidades e desejos. A problemática da base territorial da vida humana nativa da Capitania de Pernambuco sempre preocupou as diferentes sociedades envolvidas - as nativas -, e com o início da colonização tais preocupações redobram, porque novos problemas se somavam aos acumulados antes de 1500. A escravidão indígena foi um dos problemas, entre muitos outros, surgidos com a presença portuguesas. Para Mario Maestri a escravidão imposta nas primeiras roças, fazendas e engenhos de açúcar da costa brasileira recaíram sobre os ombros dos brasis, que só apenas no início do século XVII foi suplantada em números pela força de trabalho africana nas mais ricas capitanias tendo a Capitania de Pernambuco iniciado esta substituição anos antes.²² A utilização de nativos tanto da costa como dos sertões como escravos para as lavouras foi acompanhada do uso de brasis nas guerras de expropriação, -guerras que marcaram a região Nordeste e que tem no episódio da Guerra dos Bárbaros o conflito mais longo do ciclo de guerras movidas contra os povos do sertão nordestino.²³ Paralelamente a conquista de terras indígenas trabalhadores indígenas livres foram administrados por missionários em aldeamentos de populações pacificadas. Todas estas ações constituíam estratégias fundamentais para a legitimação do Estado Português e para a formação do espaço português no Brasil, que levaram por um lado a exploração do braço indígena nas lavouras e ao seu quase isolamento nas missões criadas afastadas dos centros coloniais, mas, que posteriormente, como afirma Manuela Carneiro da Cunha, com o incentivo a ocupação dos sertões por populações não-indígenas, foram também estas áreas assimiladas fisicamente e suas populações aculturadas.²⁴

Para a realização deste estudo foi importante analisar os espaços territoriais ocupados pelos engenhos de açúcar e fazendas de gados

apoiados pela colonização portuguesa vistos através de trabalhos de Vera Ferline, Manoel Correia de Andrader, José Antonio Gonsalves de Mello, entre outros,²⁵ no que refere-se a produção de mercadorias para o mercado externo e para a manutenção das populações na região da capitania de Pernambuco.

Ao lado das questões de espaço territorial e trabalho indígena, outra categoria trabalhada neste estudo foi a identidade de nativos enquanto grupos indígenas em contato com populações portuguesas do início do período colonial. Período considerado como proto-história, portanto, de um tempo articulado com a Pré-história, da qual não existem ainda estudos sobre identidade de grupos a ela pertencentes. A maioria dos pensadores da arqueologia, entre eles David Clarke, concorda que não é possível se estabelecer a identidade de grupos humanos, através da correlação entre etnia, território e linguagem nesse período.²⁶

A proposta é trabalhar a identidade indígena enquanto grupo social e suas diferenças entre diversos grupos e povos. Para tanto, leva-se em conta características expressas nas articulações sociais de indivíduos pertencentes a grupos e grupos frente a outros grupos e seus espaços geográficos de ação e influência. A identidade como o inconsciente está estruturada como a língua, esta não é um sistema individual e engloba muitos significados que representam sistemas culturais. Destruindo os espaços indígenas um a um ou quando da sua diminuição e restrição de uso, os espaços transformam-se em outros, nem mais o tempo histórico era o mesmo, existindo o antes e o depois da chegada do homem branco. Perdidos, desalojados dos seus espaços e dos seus tempos, aos poucos, foram deixando de usar sua forma de comunicação mais natural – a língua. Com a presença da colonização portuguesa os nativos foram aprendendo outras línguas e com elas passaram a operar outros sistemas culturais. Como no caso da organização das gramáticas *Guarani* e *Kariri*, por jesuítas a partir de estruturas lingüísticas européias por eles conhecidas, ensinaram, assim, uma língua recriada chamada por estudiosos de *Tupi-guarani* aos nativos catequizados, tanto aos generalizados como *Tupis* como aos chamados de *Tapuias*, impondo através dela novos valores numa tentativa de homogeneizar diferentes culturas indígenas que deveriam aprender a operar outros sistemas culturais.

Aceitamos as colocações de Stuart Hall²⁷ de que a identidade, então, costura o sujeito à estrutura, e, estabiliza tanto os sujeitos, quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis. Desenvolveremos, neste estudo uma leitura sobre a crise da identidade indígena de grupos nativos da capitania de Pernambuco utilizando fontes documentais como, a correspondência entre Pedro Poty e Felipe Camarão, chefes indígenas do século XVII, aliados a colonizadores inimigos – holandeses e portugueses – respectivamente, que se encontra arquivada na seção de manuscritos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro - e os documentos produzidos pela Assembléia Indígena de 1645 idealizada por Pedro Poty e Antonio Paraupaba, realizada na capitania de Pernambuco, de grande importância para a leitura dos espaços indígenas do litoral quando do governo holandês em Recife.

Notas:

*Professora do Departamento de Historia/UFPE, doutora em História pela USP, pesquisadora sobre cultura e trabalho indígena no Brasil.

¹CORTESÃO, Armando. *Portugalia Monumenta Cartographica*. Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1960.

²SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, Tempo*. Editora Hucitec, São Paulo, 1996. p. 98-99.

³Comparar com a Apostilha de 25 de Setembro de 1534, publicada in *Doações e Forais das Capitanias do Brasil/ 1534-1536*, p. 11-12, com apresentação, transcrição paleográfica e notas de Maria José Mexia Bigote Chorão. Publicado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, 1999.

⁴As cartas de Pedro Poty e Felipe Camarão fazem parte dos documentos manuscritos relativos ao período da ocupação holandesa, elas são do ano de 1645 e fazem parte da coleção de documentos depositados no arquivo de Haia - Holanda.

⁵DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. Editora UNESP/ São Paulo, 2001. p.155.

⁶BLOCH, Marc. *A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. EDUSC. Bauru, 2001. p. 197-200

⁷“A análise de Kuhn não deve ser usada sem ressalvas pelas ciências sociais, particularmente a noção de ciência normal, que significa o estado de dominância com base em critérios de superioridade científica de um dado conjunto de conceitos...”

Marcelo Lopes Souza In “A Expulsão Do Paraíso”, in *Exploração Geográficas*. Iná Elias de Castro, et al. Editora Bertrand Brasil, RJ, 1997. p.45.

⁸SOUZA, Marcelo Lopes. “A Expulsão do Paraíso. O Paradigma da Complexidade e o Desenvolvimento Sócio- Espacial”. In: Iná E. de CASTRO (org.) – *Explorações Geográficas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997. p. 46.

⁹SOUZA, Marcelo Lopes. Op. cit. p. 49.

¹⁰CLAVAL, Paul. “As abordagens da Geografia Cultural”. In: Iná E. de Castro, et al. Cf. p.90

¹¹BRAIDWOOD, Robert J. *Homens Pré-históricos*. Ed. UNB, Brasília, 1988.p.48.

¹²FERREIRA NETO, Edgar. “Historia e Etnia”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.313-328.

¹³VOVELLE, Michel. “A História e a Longa Duração”. p. 65. In: Le Goff, j. (org.). *A História Nova*. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1990.

¹⁴MELATTI, Julio César. “A Antropologia no Brasil: Um Roteiro”. p. 123-211. In: *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*. Ed. Cortez: ANPOCS, São Paulo, 1990.

¹⁵ARRUTI, José Maurício Andion. “Morte e Vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional”. In *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n.15, Rio de Janeiro, 1995. p.57-94.

¹⁶CLARKE, David L. *Arqueologia Analítica*. Bellaterra, 2ª ed. Barcelona, 1978. p. 183-220.

¹⁷HALL, Stuart. *A Identidade cultural na Pós-modernidade*. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2002. p.40-53.

¹⁸MARC, Auge. *Os domínios de parentesco*. Edições 70. Rio de Janeiro, 1973. p. 19.

¹⁹LÉVI-STARUS, Claude. “O Campo da Antropologia”. In: *Antropologia Estrutural II*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1976. p. 11-40.

²⁰FAUSTO, Carlos. “Fragmentos da História e cultura Tupinambá”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos Índios do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, 1998. p. 390-394.

²¹SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. HUCITEC, São Paulo, 1996. p.16-17.

²²MAESTRI, Mario. “Considerações sobre o cativiero do ‘negro da terra’ no Brasil quinhentista”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, XVI (1,2):1990. p. 197-210.

²³PUNTONI, Pedro. Op. cit. p. 13.

²⁴CUNHA, Manoela Carneiro da. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP: Cia das Letras, 1992.p.

²⁵Todos os autores citados estão na relação bibliográfica no final deste trabalho.

²⁶SILVA, Jacionira Coelho. *Arqueologia no Médio São Francisco. Indígenas, Vaqueiros e Missionários*. Tese de Doutorado. PPGH-UFPE, Recife, 2003. p. 25.

²⁷HALL, Stuart . Op. cit. p. 12.